

JORNAL JUNTOS

EDIÇÃO ESPECIAL

ESCOLA MARX

ANO 10 / Nº 37

MAIO DE 2020

A ATUALIDADE DO MARXISMO



EXPEDIENTE

EDITORIAL

Felipe Simoni,
Sara Soares e
Camila Souza

DIAGRAMAÇÃO

Erick Andrade

COLABORADORES

Camila Barbosa,
Douglas Gonçalves,
Eduardo Carniel,
Erica Coletti,
Fabiana Amorim,
Iolanda Barbosa,
Israel Dutra,
João de Paula,
Júlio Câmara,
Kathleen Magina,
Luana Alves,
Natalia Pennachioni,
Renata Moara,
Theo Louzada,
Thiago Aguiar,
Victor Hugo Louzeiro.

Acompanhe o Juntos
nas Redes Sociais!



SUMÁRIO

3 EDITORIAL

4 DESENVOLVIMENTO
DESIGUAL E
COMBINADO E A
ATUALIDADE DA
REVOLUÇÃO
PERMANENTE

8 POR QUE O
IMPEACHMENT É
NECESSÁRIO?

10 O AMANHÃ NÃO
ESTÁ À VENDA

13 LITERATURA
REVOLUCIONÁRIA NO
BRASIL E NO MUNDO

17 MOVIMENTOS
NEGROS
REVOLUCIONÁRIOS
DO ATLÂNTICO:

AGENTES DA
PRÓPRIA HISTÓRIA

22 MARXISMO E
SAÚDE

25 JUNTOS
ENTREVISTA!

32 A QUESTÃO
EDUCACIONAL EM
MARX E ENGELS

35 A ARTE DA
RESISTÊNCIA

38 REFLEXÕES
SOBRE O
FEMINISMO
MARXISTA

42 MARX E FREUD



EDITORIAL

Por

Felipe Simoni (USP), Camila Souza (UFRJ) e Sara Soares (UFMG), as três do Grupo de Trabalho Nacional do Juntos.

Em meio à uma das maiores pandemias da história humana, o Brasil se encontra em uma dura batalha na guerra do coronavírus, a batalha da ciência contra a ignorância, defendida pelos bolsonaristas. O presidente, seus ministros e seguidores já declararam inúmeros vezes suas ideias medievais de aversão à ciência e à educação e, agora, colocam em risco a saúde e a vida do povo brasileiro, em nome dessas ideias retrógradas.

Mais do que nunca, é hora de defender a ciência, e fundamentalmente, a ciência que não se limita às técnicas, mas uma ciência crítica e transformadora. O marxismo vêm ganhando a atenção do Brasil há alguns anos, seja por seus adversários, em especial os lunáticos da escola de Olavo de Carvalho, que ocupam cargos importantes, como o de Ministro da Educação, mas principalmente por uma juventude, que entendeu

que a geração que está enfrentando o aprofundamento da barbárie capitalista, tem a tarefa histórica de construir uma alternativa que rompa com esse sistema individualista, desigual e opressor.

Somos impulsionadores de uma grande iniciativa de formação política gratuita e aberta, chamada Escola Marx, que contou com milhares de inscrições de pessoas de todo o Brasil. Por isso, essa edição do Jornal Juntos! pretende apresentar o marxismo como ele é: a ciência da totalidade, da crítica, do movimento e da síntese. Reunimos textos que relacionam o marxismo às diversas áreas da ciência, das artes, da literatura, a fim de que essa ferramenta, que é o nosso jornal, contribua ainda mais a leitura e formação de cada vez mais marxistas no nosso país.

Boa leitura.

Por

Júlio Câmara
(Diretor de
ME da UNE))

O DESEN VOLVI MENTO DESIGUAL E COMBINADO E A ATUALIDADE DA REVOLUÇÃO PERMANENTE

No mês de abril celebramos 150 anos do nascimento de Vladimir Ilyich Ulianov, o revolucionário russo Lênin. Celebrar a vida e a obra de Lênin é reivindicar um legado revolucionário e a luta pelo socialismo mundial. Lênin era um grande internacionalista; considerava a classe proletária russa e o seu partido como um destacamento do exército mundial de trabalhadores e do movimento operário internacional e encarava todas as questões essenciais da revolução e da construção do socialismo na Rússia a partir dos interesses do movimento internacional de libertação dos trabalhadores.

Para Lênin e o núcleo dirigente bolchevique, o marxismo era uma bússola. Por isso, sempre tiveram consciência de que a felicidade completa da revolução russa estava relacionada ao avanço da revolução socialista em outros países.

Ao lançar o Manifesto Comunista, Marx e Engels estavam inaugurando um movimento científico capaz de analisar o funcionamento da sociedade com o objetivo de transformá-la. Este documento foi o ponto de partida para o programa defendido pelos comunistas ao longo da história. A última frase expressa

o DNA internacionalista, mundial, do movimento comunista: Proletários de todos os países, uni-vos!

De lá pra cá, o desenvolvimento do capitalismo mundial atestou a veracidade das tendências apontadas por Marx. Trata-se de um problema internacional que exige uma luta internacional. Mas o programa do partido comunista, suas táticas e estratégias passaram por ferozes polêmicas durante a história.

No calor dos acontecimentos na Rússia, foi aberta a polêmica sobre a revolução. Os mencheviques defendiam um processo por etapas, em que era hora de apoiar a burguesia para derrubar o czar, desenvolver o capitalismo e depois lutar pela revolução socialista. O contraponto defendido pelos bolcheviques, e corretamente escolhido pelos revolucionários, era a teoria da revolução permanente. Foi o próprio Marx que, em 1850, lançou os fundamentos desta teoria, quando disse que o interesse do partido proletário não pode ser satisfeito com a revolução democrática burguesa porque é preciso “fazer a revolução permanente, mantê-la em marcha até que todas as classes proprietárias e dominantes

sejam despojadas do poder”.

O revolucionário Leon Trotsky, membro do núcleo dirigente bolchevique com Lênin, aprofunda a teoria da revolução permanente através da lei do desenvolvimento desigual e combinado dizendo que a revolução democrática seria um episódio da revolução socialista. O que quer dizer que a derrubada do czar teria continuidade até a expropriação da burguesia. E foi isso que aconteceu.

A linha etapista, recusada pelos revolucionários russos, foi reciclada por Stalin após a morte de Lênin. Stalin burocratizou o partido e o Estado soviético, atuando a favor da contrarrevolução e perseguindo os revolucionários que seguiram fiéis ao legado de Lenin e à ciência marxista. Com Stalin no comando, foi abandonada a estratégia da revolução mundial e a União Soviética ficou à disposição dos interesses dos burocratas e não mais dos trabalhadores do mundo que Marx apelava para unirem-se.

A juventude que se engaja para construir uma organização revolucionária no Brasil precisa saber que é fundamental que esta organização seja internacionalista e um destacamento de uma

organização internacional. Não é possível consolidar o socialismo num só país, como ensinou a experiência russa que teve os caminhos fechados com a derrota da revolução alemã.

Leon Trotsky levou adiante a bandeira da revolução internacional lutando contra a burocracia até ser assassinado a mando de Stalin em 1940 no México. Em certo sentido, os capangas de Stalin chegaram atrasados, pois Trotsky já havia fundado uma nova organização internacional de partidos revolucionários e anti burocráticos: a IV Internacional.

A fundação da IV Internacional, considerada o maior legado de Trotsky, baseou-se no método do programa de transição, da teoria da revolução permanente e, claro, na tradição internacionalista. O Programa de Transição, em linhas gerais, é um documento que busca fazer a relação entre o programa mínimo (reivindicações imediatas) e o programa máximo (a tomada do poder) para orientar a atividade revolucionária diante das contradições entre as condições objetivas para a revolução e a imaturidade das condições subjetivas (o nível de consciência de classe e a fragilidade da direção).

O grande feito de Trotsky foi salvar o fio de continuidade da história do partido e do programa revolucionários desde a redação do Manifesto Comunista, passando pelas polêmicas da revolução russa, entre outras, até a sobrevivência durante a contra revolução stalinista.

Para apagar essa história e eliminar este fio de continuidade, a ideologia burguesa insiste em dizer que não existe mais uma classe operária internacional, um proletariado mundial. Trata-se de uma mentira para desmontar e desmobilizar qualquer entusiasmo com a revolução mundial.

Durante a pandemia do novo coronavírus fica nítida a divisão da sociedade em classes e como os proletários enfrentam os mesmos problemas em maior ou menor medida, são sempre mais explorados pela burguesia e ficam mais suscetíveis à falta de saúde pública.

Hoje não temos uma organização internacional com capacidade de mobilização massiva. Por outro lado, estão evidentes os elementos que internacionalizam a necessidade de lutar por outro futuro, digno, sem exploração do homem pelo homem e

da natureza pelo homem. É preciso dar um passo firme, consistente, para construir um novo programa a partir do método do programa de transição. Precisamos conectar as lutas ecológicas, as lutas raciais, a luta das mulheres, dos imigrantes, a luta por direitos humanos e sociais para avançar na unidade das lutas nacionais que só podem ter um fim no cenário mundial.



POR QUE O IMPEACHMENT É NECESSÁRIO?

Por

Theo Lozada
(UEE RJ) e
João de Paula
(DCE UFRJ)

Enquanto há uma pandemia que mata centenas de pessoas por dia, em especial nas regiões mais pobres, temos um presidente que apresenta desprezo pela vida de milhões e promove manifestações fascistas com frequência. Diante disso, uma polêmica toma centralidade: é possível derrubar o Bolsonaro da presidência? Se sim, o impeachment, um processo político e jurídico, é o meio adequado para tanto? Para respondermos a essas questões, devemos compreender o papel do direito e do estado no modo de produção capitalista, à luz do marxismo. Com o desenvolvimento do capitalismo, surgem formas sociais que decorrem e ao mesmo tempo sustentam esse

sistema: a forma jurídica e a forma política.

Em essência, esta possibilita que os sujeitos sejam considerados como iguais, para que possam contratar livremente. Se no período em que a escravidão predominava as pessoas eram presas por correntes a seus exploradores; hoje essas são dependentes daqueles que a exploram através do contrato. Por sua vez, o Estado, serve ao explorador aparecendo como terceiro imparcial que está acima das classes para garantir a manutenção do capitalismo. Assim, direito e estado são essenciais ao capitalismo, visto que permitem a reprodução do ciclo de exploração. Logo, para a superação

desse sistema, elas teriam que ser extintas.

Evguiéni Pachukanis é considerado o mais importante teórico marxista do direito. Caiu no esquecimento por anos, sendo assassinado em 1937, devido a suas posições contrárias ao regime stalinista. Aos 33 anos, no ano em que faleceu Lênin, o jurista escreveu um artigo analisando as posições do líder revolucionário sobre o direito. A visão de Lênin sobre o uso tático do direito é fundamental para analisarmos a questão do impeachment.

Pachukanis expõe que a “incomparável dialética de Lênin talvez não apareça em lugar algum com mais força do que nos problemas do direito”. Sua tática nunca partiu de uma negação da legalidade, da qual considerava de caráter não revolucionária. O jurista russo descreve como Lênin caracterizava o uso tático do direito como algo necessário em certas ocasiões. Principalmente, quando este fosse o único caminho possível de luta. Lênin, ao ser questionado sobre as possibilidades do uso do direito por revolucionários, destaca que os socialistas são a favor do uso da legalidade: “É necessário saber como fazê-lo e é

necessário fazê-lo”. Uma de suas principais lições é a compreensão de que é preciso contribuir para a luta com todos os métodos fornecidos pela legalidade.

Portanto, o uso tático do direito não é incompatível com a noção de que o direito e o Estado derivam das relações que sustentam o modo de produção capitalista. Entender a natureza capitalista da forma jurídica e da forma política não impede a utilização tática destas na luta anticapitalista. Lênin nos ensina que podemos utilizar das ferramentas decorrentes do próprio capitalismo como meio para o avanço da luta revolucionária.

No atual cenário, no qual não podemos reunir milhares de pessoas nas ruas, temos que fazer a luta de classes avançar por outros meios. Principalmente, quando Bolsonaro se torna o maior perigo ao combate a COVID-19 no Brasil. Coloca a economia em primeiro lugar, dando mais importância aos CNPJs do que aos CPFs. Impede a existência de um plano de emergência, podendo levar à fome e à morte milhões de brasileiros. O impeachment é o meio viável para que possamos derrubar Bolsonaro e salvar a vida da população.

O AMANHÃ NÃO ESTÁ A VENDA,



**VAMOS
RES
SIGNI
FICAR
O HOJE.**

Por
Victor Hugo
Louzeiro
(DCE UFRN)

"[O capitalismo] É um modelo insustentável, que visa o crescimento infinito em um planeta finito, que ultrapassa todos os limites da Terra, criando uma alienação ecológica e uma demanda de consumo incompatível com o uso racional de bens comuns". (Bureau da IV Internacional, 2020)

As décadas iniciais do século XXI foram marcadas por um levante popular que teve como ponta de lança a juventude e os povos tradicionais da periferia global. Com o aprofundamento da crise capitalista, que teve o seu ápice em 2008 e agora segue acirrada pela pandemia de COVID-19, a percepção da degradação, exploração e desigualdade em todos os âmbitos se explicitam de maneira mais latente entre o mundo. Como resposta à ela estão os exemplos dos atos pelas mudanças climáticas em 2019 e o levante dos povos originários e tradicionais na defesa de suas terras e direitos no Chile e Equador.

O sistema global demandou e organizou o modo de vida, sonhos, instituições e nações com a finalidade de acumular riquezas. Uma cultura individualista para estabelecer o acervo de bens aos patrões, a necessi-

dade de consumo e o consumo da necessidade, instituindo um ciclo vicioso e alienante à classe mais pobre, somado ainda à uma obsolescência programada dos produtos gerados, de modo que as instituições capitalistas preservem institucionalmente a riqueza e a exploração. Dentro dessa dinâmica, a demanda é em grande escala e produzir produtos necessita de recursos a serem explorados e transformados. A fonte está na terceira pessoa da dialética capitalista, vista como objeto a ser explorado e infinito, mas se finito, pelo o que vemos na história, não importaria para eles. Essa fonte de recursos é um organismo vivo em escala global, o próprio planeta Terra.

Após revolução industrial o sentido de desenvolvimento foi se firmando com base em uma estrutura que favorecia o acúmulo de bens e serviços dos que eram donos da produção. Os centros urbanos organizados para receber a mão de obra (contratados para fazer os produtos ou bens nas fábricas), as estradas de ferro para o transporte, o desmatamento e as minas de metais para construir estradas e cidades. Se afastando em grande escala do campo e da terra, transformando o territó-

rio completamente em empreendimento humano, mas deixando para sobreviver ao entorno das cidades os trabalhadores. Essa linha de pensamento desenvolvimentista se consolidou por todo o globo, em tempos distintos, do Oriente à América do Sul. Como projeto dos grandes centros capitalistas, transformar essas nações nesse mesmo modelo favorecia os grandes grupos no centro industrial, agora em escala global.

Hoje vemos as consequências desse modo de produção e “desenvolvimento”. Um aparato global que tem como único objetivo o acúmulo de bens e riquezas para poucos, em detrimento da vida planetária e de animais humanos e não-humanos. Está sujeito à contestação o próprio sentido de “desenvolvimento”. A filosofia e modo de vida dos povos originários em todo globo é uma grande fonte de inspiração e de ressignificação. Os seres fazem parte de um todo, um grande organismo vivo onde nossas ações repercutem na vida. Se desfaz individualismo e da propriedade privada, em valor do coletivo e solidário, desenvolvendo assim a sociedade.

A tecnologia, muito utilizada

como resposta das vantagens do capitalismo, atua na contra-mão do materialista-histórico nos levando a pensar que precisamos também ressignificar. Se a tecnologia é produzida a partir da exploração da mão de obra e do material, beneficiando sobretudo o dono dos meios de produção (o capitalista), nos levando a um inevitável cenário de colapso planetário, algo está errado. Repensar a tecnologia com princípios baseados na não-exploração, no novo pensar sobre o trabalho, na inteligência do uso equilibrado-integralizado com a natureza (reconhecendo e valorizando sua própria tecnologia) com objetivo de que não haja uma obsolescência programada e destruição da terra, se trata do verdadeiro desenvolvimento.

Por fim, vale lembrar uma citação desse importante filósofo brasileiro, dos povos originários:

"Esse pacote chamado de humanidade vai sendo descolado de maneira absoluta desse organismo que é a Terra, vivendo numa abstração civilizatória que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos". (Ailton Krenak, 2020)

LITERATURA REVO- LUCIO NÁRIA NO BRASIL E NO MUNDO

Por
Iolanda
Barbosa
(UFU) e
Eduardo
Carniel (USP)

Quarto
de despejo

Diário de uma favelada

CAROLINA MARIA DE JESUS

Sinal aberto

PEDAGOGIA DO
PRIMIDO

O que marxismo tem a ver com cultura?

Feche os olhos e pense na pergunta: o que é cultura? Pode ser que tenha passado pela sua cabeça as obras de arte dos grandes museus. Dizemos também que uma pessoa “tem muita cultura”, querendo dizer que ela já leu, ouviu e assistiu a muitas dessas obras. Uma possível resposta então é: cultura é tudo que já foi produzido de “melhor” pela humanidade. São as obras que ascendem para além de uma realidade específica, produzidas por “gênios” e que ganham o direito de serem transmitidas de geração em geração.

Pode-se dizer que essa concepção de cultura é o nosso senso comum. Mas ela não veio do nada. Os primeiros teóricos modernos da cultura enxergavam a cultura como uma esfera autônoma, separada da realidade cotidiana. As obras que habitavam essa esfera “não se misturavam” com a realidade vulgar, cheia de conflitos. A cultura poderia, então, coesionar a anarquia do mundo real por meio dos grandes valores universais que estariam preservados nessa esfera autônoma. Nas palavras do crí-

co literário Matthew Arnold, a cultura seria um reino de “doçura e luz”.

Essa concepção se alinha ao que chamamos de “idealismo”, ou seja, a crença de que o mundo das ideias é que tem o poder de moldar a realidade e de que ele é composto de Absolutos que são sempre válidos, não importa as transformações sociais. Os críticos literários marxistas introduziram uma observação: de que os supostos valores “universais” recebiam esse nome não por dizerem respeito de fato a todas as pessoas, mas porque diziam respeito a um setor específico – não à toa, o setor que domina politicamente a sociedade, que no capitalismo é a burguesia. Os tais “gênios” então, em que pesem seus talentos, ganham esse título pelo mesmo grupo de pessoas que decidem quais valores são universais ou não – guiados pela ideologia, a falsa consciência, que essa classe dominante impõe na sociedade.

O que o marxismo ajudou a mudar nessa visão? Marx nos ensina que as superestruturas da sociedade (as instituições) são formadas a partir da sua estrutura (as relações de produção, o jeito que ela se organiza). Isso significa que a cultura, longe

de ser autônoma, é na verdade uma expressão do movimento da realidade. Por isso existem culturas diversas, representativas de diferentes projetos. Raymond Williams, um dos primeiros críticos literários marxistas, traz essa discussão quando reflete sobre o modo de viver da sua família de trabalhadores, que expressava valores diferentes do que era conhecido como cultura. Essa cultura não-hegemônica traz consigo uma maneira de ver o mundo que também é diferente da dominante, e que pode abrir caminho para outras maneiras de ver a sociedade como um todo. A cultura, portanto, não é privilégio dos “gênios” de dentro dos museus e academias. Como Williams sintetiza num de seus ensaios mais belos: a cultura é de todos.

Existe uma Literatura revolucionária?

Trazendo a discussão pro campo da literatura, podemos dizer que, independentemente de sua forma ou conteúdo, ela carrega um potencial revolucionário. Isso porque ela possui a capacidade de captar e reorganizar os elementos da realidade, a partir da linguagem. A Literatura, assim como a Arte, re-configura o

estado de coisas e permite, de certa forma, a elaboração e o vislumbre de novas formas de dinâmica social.

É evidente que existem obras que se encaixam naquilo que podemos chamar de “literatura engajada”, ou seja, obras que se dedicam conscientemente a denunciar a realidade social e a defender a necessidade de sua transformação. Mas o que se torna evidente à medida que temos contato com a Literatura é que, pela simples operação de descrever a realidade, a obra literária cria uma narrativa que estrutura uma visão do mundo, o que pode tornar visível contradições que antes estavam ocultas.

Nas palavras do filósofo Jean-Paul Sartre, “a Literatura é, por essência, a subjetividade de uma sociedade em revolução permanente” assim como também é uma “tomada de posição”, pois toda obra se orienta de alguma forma no contexto sociopolítico em que surge.

Sartre defende ainda que “a obra de arte como fim absoluto se opõe, por essência, ao utilitarismo burguês”, uma vez que, como dito anteriormente, a Literatura guarda em seu bojo o registro

(ainda que reorganizado) da realidade e de suas contradições, escapando a qualquer tentativa de “aparelhamento”. Uma visão similar é defendida por Trotsky na sua obra Literatura e revolução, e também no manifesto escrito junto ao escritor surrealista André Breton em defesa da construção de uma “Federação Internacional da Arte Revolucionária e Independente”, uma resposta às propostas autoritárias de Stalin acerca da Literatura e da Arte.

E os escritores, estão comprometidos com a luta do povo?

Assim como qualquer outro setor da sociedade, os escritores, como grupo, são permeados de contradições. Ainda que pensadores como Sartre defendam que a escrita compele ao engajamento, assim como a leitura compele à reflexão, sabemos que diversos escritores se dedicaram à defesa da manutenção da classe dominante e de seus privilégios. Para o escritor Osman Lins, a indústria cultural promoveria a alienação do escritor, ainda que não consiga alienar completamente a sua obra e as reflexões elaboradas a partir

dela.

De toda forma, não faltam exemplos históricos de escritores engajados e que colaboraram sobremaneira na luta emancipatória do povo. Alguns, de forma mais incisiva, defendiam a necessidade de utilizar a Literatura como campo de disputa ideológica, tal como o próprio Sartre, quando escreve que “[nós, escritores] em nossos escritos devemos militar em favor da liberdade da pessoa e da revolução socialista”, e mais além: “a cada dia é preciso tomar partido, em nossa vida de escritor, em nossos artigos, em nossos livros”. Tomemos partido então, com a arma da cultura e da Literatura. Pois como disse Leminski: “En la lucha de clases/todas las armas son buenas/piedras/noches/poemas”!

►► 3 livros pra ler na Quarentena

*** Que é literatura? / Jean-Paul Sartre**

*** Literatura e Revolução / León Trotsky**

*** Literatura e Sociedade / Antonio Candido**

MOVIMENTOS NEGROS REVOLU CIONÁ RIOS DO ATLÂNTICO: AGENTES DA PRÓPRIA HISTÓRIA

**RECUPERAR O MARXISMO
NEGRO É CONSTRUIR NO
PRESENTE A
EMANCIPAÇÃO GLOBAL**

Por

Douglas
Gonçalves
(Historiador
e Rede
Emancipa)

Thereza Santos (1930-2012) foi uma atriz e militante feminista e comunista carioca, tendo atuado na União Nacional dos Estudantes e também no Ministério da Educação e Cultura da Guiné-Bissau nos anos de 1970, auge da Ditadura Militar brasileira; o Frantz Fanon (1925-1961) foi um importante psicanalista e intelectual da Martinica que atuou na guerra de libertação da Argélia, iniciada em 1957, sendo um expoente no pensamento sobre as consequências do racismo na subjetividade dos povos colonizados; o ganense Kwame Nkrumah (1909-1972) foi um importante panafricanista e a principal liderança do processo de descolonização do seu país, tendo uma importante contribuição no entendimento sobre o Neocolonialismo e sobre Socialismo Científico; a estadunidense Angela Davis é uma filósofa feminista marxista nascida em 1944, tendo se tornado uma importante figura política após sua injusta prisão no auge da luta por direitos civis, no início dos anos 1970, cuja campanha por liberdade movimentou milhares de pessoas. O que essas lideranças todas têm em comum? Para além de serem grandes militantes negros e negras inseridos em seus respectivos processos políticos, em

maior parte a partir da metade do século XX, todas essas figuras compartilham de uma mesma ferramenta para compreender o mundo e transformá-lo: o marxismo, sob a ótica antirracista e anticolonial.

A Revolução de 1917 abalou as estruturas de todo o mundo. Não significou apenas a mudança de regime de um território, mas a concretização de décadas de elaborações vindas de experiências práticas e teóricas e uma nova esperança para os povos das mais diversas regiões do globo. A vitoriosa ofensiva protagonizada pelos trabalhadores e trabalhadoras organizados(as) contra um poder estabelecido, causador de desigualdade e péssimas condições de vida, foi um evento aterrorizador para os poderosos — mas também um exemplo para muitas populações que, nas difíceis realidades particulares de seus territórios, passaram a vislumbrar a revolução como uma possibilidade. Após a Segunda Guerra, com a dada polarização do mundo entre o comunismo (representado pela União Soviética) e o capitalismo (representado pelos Estados Unidos), o sistema se readaptou, a geopolítica se transformou e novas hierarquias e formas de exercer poder entraram em cena. Mas

onde há opressão, há resistência; e para fazer frente a essa mudança global, novas lutas emergiram, sendo os movimentos anticoloniais e antirracistas do Atlântico importantes peças desse cenário.

Foi o caso de muitos movimentos africanos que enfrentaram os regimes coloniais de seus países, formando importantes lideranças nesse período — como Kwame Nkrumah (Gana, 1957), Agostinho Neto (Angola, 1961), Samora Machel (Moçambique, 1964) e Amílcar Cabral (Guiné-bissau, 1973) e muitos outros. Ao longo de suas trajetórias políticas, em diferentes graus, a tradição marxista se fez presente nas formas de pensar e agir para transformar a realidade de seus territórios: não como uma leitura externa imposta de forma rígida a uma realidade diferente, mas como ferramenta dialética que se guiava e se renovava de acordo com as demandas práticas da luta anti-colonial. Como afirmava Amílcar Cabral, para dar maior aplicabilidade à leitura sobre a história da luta de classes, seria necessário reconhecer com profundidade as características das sociedades colonizadas e que estavam nas amarras do Imperialismo; e para essa e muitas outras lideranças políticas africanas, o

socialismo deveria ser o horizonte dos movimentos de libertação nacional. Em sua obra *A arma da teoria* publicada em 1966, ele afirma:

(...) só duas vias são possível para uma nação independente: voltar à dominação imperialista (neocolonialismo, capitalismo, capitalismo de estado) ou adotar a via socialista. Esta opção, de que depende a compensação dos esforços e sacrifícios pelas massas populares no decurso da luta, é fortemente influenciada pela forma de luta e pelo grau de consciência revolucionária daqueles que a dirigem. (p.38)

O ganense Nkrumah é um dos principais nomes a elaborar o conceito de Neocolonialismo — isto é, o entendimento de que os processos de descolonização não levaram à independência plena dos países, mas a uma falsa noção de soberania que mantém elementos coloniais e faz com que os sistemas econômico e político permaneçam sendo dirigidos do exterior, de acordo com as regras do jogo imperialista. Seu livro *Neocolonialismo: última fase do colonialismo* (1965) serviu de orientação para diversas lideranças do continente africano pensarem a situação de seus países, tendo uma grande influência da publicação de *Lênin Imperialismo: fase superior do capitalismo de 1917*, visível na semelhança dos

fase superior do capitalismo de 1917, visível na semelhança dos nomes das obras.

A efervescência dos processos revolucionários africanos inspirou muitos movimentos na América, que não só se solidarizavam com os movimentos anti-coloniais, como se inspiravam em suas leituras para aperfeiçoar suas leituras de mundo. O Partido dos Panteras Negras, fundado em 1966 em reação à violência policial nos Estados Unidos, abarcava militantes de muitas orientações marxistas, de maoístas à leninistas, forjando e influenciando as principais lideranças do movimento negro estadunidense no imediato pós-Direitos Civis. Outro exemplo pouco conhecido foi o Combahee River Collective, uma organização de lésbicas feministas negras socialistas fundada em Boston (1974) que foi pioneira em utilizar o termo “interseccionalidade” para caracterizar como estruturas de gênero, raça e classe se combinavam no capitalismo. No Brasil, existiu o Núcleo Negro Socialista, vertente da Liga Operária, criada em 1974 por militantes brasileiros exilados na Argentina que vieram posteriormente fundar a organização trotskista Convergência Socialista em 1978 em São Paulo. Neste núcleo circularam

muitos dos principais quadros do movimento negro brasileiro, especialmente no entorno do Versus, jornal da imprensa alternativa que passou a incluir a partir de 1977 uma seção chamada Afro-Latino-América. Discutindo sobre a situação da população negra no Brasil, nos Estados Unidos e no continente africano, essa seção e outros veículos da imprensa negra foram fundamentais para a formação de muitos militantes negros e negras no auge da Ditadura Militar, desaguando na fundação do Movimento Negro Unificado em um grande ato nas escadarias do Teatro Municipal de São paulo em 1978.

Todos esses movimentos tinham em comum a leitura de que a problemática do racismo era intrinsecamente ligada à problemática do capitalismo. Defendiam o socialismo como meio para superar os problemas raciais, de gênero e de classe, em um momento onde esse tipo de leitura não tinha grandes apoiadores dentro da esquerda tradicional. Partia desses movimentos negros o esforço de atualizar as leituras insuficientes, bem como o de superar teorias que não visavam a transformação radical da sociedade — mesmo aquelas oriundas de intelectuais periféricos. Obras de marxistas

negros negros caribenhos, como do historiador trinitadiano Cyril Lionel Robert James e do psicanalista martinicano Frantz Fanon, circulavam por todo o Atlântico negro: do Caribe ao Brasil, dos Estados Unidos aos países africanos. E muito das teorias revolucionárias africanas chegaram ao Brasil, especialmente a dos países lusófonos Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Todas elas abordando a construção do partido, o trabalho de base, a teoria como arma política, leituras sobre o imperialismo, nacionalismo e muitas outras questões pertinentes para uma época onde a revolução estava na ordem do dia. Essas trocas de referenciais davam uma dimensão internacionalista ao movimento negro, que já era característica desde o início do século XX; para um problema coletivo que, mesmo nas suas especificidades, ultrapassa barreiras geográficas, é necessário pensar uma movimento de emancipação que também seja coletivo.

Em um mundo pautado pela ideologia neoliberal, onde é mais possível imaginar o fim do mundo do que uma mudança de regime, é sintomático que hoje todos esses pensadores do Terceiro Mundo estejam esquecidos no pó da história. A maioria

dos militantes dos movimentos aqui citados foram assassinados por forças imperialistas ou por emboscadas de organismos como o FBI. E mesmo dentro das próprias bolhas progressistas, ainda há um desencontro na hora de caracterizar, por exemplo, a relação dialética entre raça e classe — e outras estruturas, como a de gênero — que não são meras “partes” ou questões “identitárias”, mas sim uma totalidade muito bem articulada e em constante aperfeiçoamento para a manutenção do sistema capitalista. Recuperar as ações e os pensamentos de negros e negras revolucionários(as) é uma tarefa fundamental para acabar de vez com esse atraso e para recuperar o fôlego revolucionário. Principalmente porque essas elaborações, como marxistas que são, não visavam a resolução unicamente dos problemas dos povos colonizados, ou dos povos racializados. Ao contrário, visavam uma emancipação global. Como Frantz Fanon enfatizava, o fim da estrutural racial depende de uma tomada de consciência também econômica e social; afinal, a liberdade que se busca é, fundamentalmente, o fim da servidão do homem pelo homem.

MARXISMO E SAÚDE: O DIREITO À VIDA E À SAÚDE UNIVERSAL

Por

Kathleen Magina (UEE RJ), Luana
Alves (Psicóloga e Rede Emancipa) e
Natália Pennacochionni (UFSCAR)

O materialismo histórico é necessário para compreender como se configura a saúde pública brasileira, e também compreender como os atores sociais e contribuíram para a organização das coisas. O conhecimento vindo do marxismo se dá pela análise da dinâmica e transformação. O horizonte da luta de classes nos orienta na compreensão de saúde e como questões-limite de vida e de morte são escancaradas, e as tensões em relação à diferença entre as classes no viver, adoecer, morrer e se curar.

Historicamente, temos um sistema universal e gratuito de saúde, ainda que incompleto, não é

pura concessão burguesa. Foram muitas as movimentações pressionaram desembocando nessa conquista. Os movimentos da Reforma Sanitária Brasileira (RSB) e reforma psiquiátrica dão início, no final dos anos 70, a uma mudança de perspectiva pela disputa do conceito de saúde. Vieram de movimentos de trabalhadores e ativistas da saúde, universitários, sindicalistas e movimentos comunitários/de bairro. Não chegou a ser um movimento político organizado, com direção e programa global, mas erupção de movimentações sociais de expressão política relativamente centralizada; tinham como bandeira melho-

res condições sanitárias para o povo, uma abordagem mais coletiva e menos biológica/individual no campo da saúde e reformas na forma da assistência à saúde no Brasil. Também eram anti-ditadura militar. Apesar de não se organizarem partidariamente, haviam lideranças partidárias marxistas importantes, como Sérgio Arouca, e outros.

Toda essa organização desaguou na 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, sendo um marco na luta pela saúde pública brasileira, conquistada na lei em 88. Seu Documento Final foi base para a legislação do SUS. Na lei 8.080/90, vemos a incorporação de teorias sociais para a percepção de saúde, considerando determinantes e condicionantes para a saúde: alimentação, moradia, renda, saneamento, educação, transporte, lazer e acesso a serviços.

Apesar da influência da RSB na configuração do que viria a ser o SUS, o que ficou de política pública foi organizado para o clima da Nova República. Existiram avanços importantes, em especial na disputa para que o conceito geral de serviço de saúde deixasse de se relacionar apenas a aspectos biológicos, curativos, medicalizados e centrado nos grandes hospitais, para se relacionar com a saúde preventiva,

considerando a diversidade, a necessidade de integralidade e maior democratização no acesso aos serviços. Essa é, porém, uma lógica ainda social-democrata, colocando a saúde como política pública de um estado burguês que oferece o mínimo necessário.

Para os marxistas da RSB, a saúde era um campo estratégico dos revolucionários, onde questionava-se porque os processos de adoecimento e cura se davam de maneira completamente diferentes entre as classes, também as lógicas de financiamento público e privadas, questionando um sistema econômico que inviabiliza o bem estar e a capacidade das pessoas de usufruírem plenamente de suas capacidades físicas, intelectuais e criativas. Mais concretamente, o marxismo fundamenta o avanço de uma concepção latino-americana de saúde, a partir da teoria da determinação social do processo saúde-doença, colocando o trabalho como determinante desse processo, pois é mediador das relações estabelecidas entre indivíduo, a sociedade e natureza. Se comprometendo com uma classe social específica, torna-se uma ferramenta para a busca da superação das contradições da sociedade em

que se vive pelos trabalhadores da saúde e sociedade civil organizada

Atualmente, mesmo no SUS “abrandado” -pela mediação da Nova República- por estar ameaçado, é natural levantarmos sua bandeira como garantidor da vida. Mas é preciso, também saber de suas contradições, pois pela sua própria legislação, oferece brechas para o avanço constante do capital. Como disse o próprio Sérgio Arouca, idealizador da RSB e do SUS: “O modelo assistencial é anti-SUS. Aliás, o SUS como modelo assistencial está falido, não resolve nenhum problema da população. Esta lógica transformou o governo num grande comprador e todas as outras instituições em produtores. A Saúde virou um mercado, com produtores, compradores e planilhas de custos. O modelo assistencialista acabou universalizando a privatização.”

Existe um distanciamento entre a construção do nosso sistema de saúde o processo de emancipação humana pelo qual lutamos. Ainda em 2005, um ex-economista do FMI disse que “a próxima grande batalha entre o socialismo e o capitalismo se dará em torno da saúde humana e da expectativa de vida”. Mesmo ganhando posições nas décadas

passadas, com o movimento sanitarista e o SUS, perdemos muito recentemente. É necessário criatividade e organização para agir rumo a emancipação humana, pela livre autodeterminação, por maior participação pública nas decisões coletivas, para que hábitos saudáveis não sejam uma decisão individual, mas um conjunto de condições sociais e econômicas viabilizadas a partir de uma verdadeira revolução no modo de vida.

Espaços de discussão comunitárias sobre saúde precisam ser estimulados. A produção de saúde emancipadora é um trabalho de práxis marxista, não sendo uma tarefa exclusiva dos profissionais ligados ao cuidado. É um constante movimento de atos coletivos, com reflexo nas individualidades. A formação nos cursos da área precisam debater cada vez mais seu papel dentro da sociedade, não como detentores de saberes, mas no papel de estar a serviço dos coletivos. E, num momento como o da atual pandemia, fica clara essa necessidade histórica. A saúde passa a ser uma trincheira fundamental, de onde, se agirmos de forma organizada, pode emergir globalmente um movimento de questionamento à ordem barbárica do neoliberalismo.

JUNTOS ENTREVISTA!

MARXISMO E ECONOMIA

Com

Thiago Aguiar,
diretor da
Revista
Movimento



Essa é a era da atualização tecnológica constante, do fluxo de informação, da globalização, mas também da busca, dos mais ricos, por novas maneiras de explorarem e ficarem ainda mais ricos. O capitalismo se mostra cada vez mais predatório. Ou o capitalismo acaba, ou ele acaba com a humanidade. O marxismo é uma ciência contestadora, mas fundamentalmente da mudança, por isso, o Jornal Juntos! preparou uma entrevista sobre o marxismo e a economia, nos nossos tempos, com o Thiago Aguiar, doutor em Sociologia e diretor da Revista Movimento.

Jornal Juntos: 202 anos após o nascimento de Karl Marx, como você acha que o marxismo contribui para o pensamento econômico na sociedade da globalização e das disputas entre grandes potências econômicas, como os EUA e a China?

Thiago Aguiar: Eu mencionaria três aspectos. Em primeiro lugar, o marxismo legou um conjunto de ferramentas para a interpretação crítica do capitalismo que seguem vigentes e fundamentam a nossa compreensão da crise atual. Em segundo lugar, a fórmula que Marx e Engels escolheram para encerrar o Manifesto Comunista de 1848: “Trabalhadores de todo o mundo, unidos”. O que ela significa? Significa uma compreensão de que o capitalismo, pela lógica da acumulação de capital, tende a mundializar-se, a globalizar-se, como também as classes sociais. Esta é a marca da situação atual, com uma polarização de renda global entre uma ínfima minoria de bilionários e uma vasta maioria de bilhões de trabalhadores, que dependem de seu trabalho, diariamente, para sobreviver. Em terceiro lugar, eu diria que o marxismo oferece, para nós, uma compreensão muito útil, que nos permite ir além dos conflitos entre os Estados, que

são muito importantes, mas que, eventualmente, são a aparência desse fenômeno. Na relação entre China e Estados Unidos, que vocês mencionam, há conflitos geoestratégicos, mas é preciso também considerar um aspecto fundamental: estas duas economias são profundamente interligadas e interdependentes. Na realidade, a produção espalhada globalmente serve aos interesses da classe burguesa, independentemente de sua origem nacional, e da lucratividade de corporações transnacionais que têm o mundo inteiro como seu espaço de acumulação, muito além das fronteiras nacionais.

JJ: Marx e os marxistas, no debate econômico, sempre expressaram as diversas contradições do sistema capitalista, seus ciclos críticos e seu inevitável colapso. Como se expressam essas contradições no século XXI, diante de uma economia financeirizada e na qual o desenvolvimento tecnológico acompanha uma busca desenfreada pelo lucro?

TA: A crise atual é muito intensa, e as contradições se expressam de várias formas. Eu não diria que há um colapso inevitável do capitalismo, mas é possível dizer,

acompanhando alguns autores, que se trata de uma “crise da humanidade”, ou seja, a própria reprodução da espécie humana está em risco. É possível mencionar alguns aspectos dessa crise. Em primeiro lugar, uma crise econômica, que se arrasta desde 2008, e tem relação com o fato de que nunca antes a produção foi tão socializada, tão espalhada pelo planeta, enquanto a apropriação da riqueza nunca esteve tão concentrada nas mãos de tão poucas pessoas: um punhado de bilionários que controla as alavancas da acumulação global, enquanto bilhões de trabalhadores e de despossuídos veem sua reprodução ameaçada. Essa crise não tem solução porque o capitalismo não encontrou formas de recuperar a lucratividade, nos patamares anteriores, como, por exemplo, por meio de uma inovação que ampliasse enormemente a produtividade do trabalho, ou com uma grande queima de capital, por exemplo, com uma guerra que permitisse, no período seguinte, uma recuperação da lucratividade. Obviamente, se isso acontecesse, os custos humanos seriam dramáticos. Em segundo lugar, uma crise ambiental, já que os limites do planeta para a expansão da ampliação de capital e para prover insumos e matérias-pri-

mas não só já foram alcançados, como superados. A atividade humana tem trazido modificações climáticas gravíssimas, com impactos sociais, como mostram as enchentes, a erosão, o deflorestamento ou o aumento da emissão de gases estufa. A crise social causada por atividades predatórias, como a mineração, como se viu em Minas Gerais nos últimos anos, é um exemplo eloquente dessa realidade. Em terceiro lugar, uma crise política, uma crise de legitimidade dos Estados nacionais e dos regimes políticos. As massas não reconhecem mais legitimidade nos Estados e nos regimes políticos porque estes estão, em geral, controlados por uma fração de classe burguesa, a fração transnacional da burguesia, que – em aliança e subordinando as frações nacionais e locais – controla as instituições políticas e as coloca a serviço dos seus interesses, da acumulação globalizada de capital. E eu poderia mencionar, em quarto lugar, uma crise subjetiva e ideológica da classe trabalhadora e das massas populares. Ou seja, a ausência de projetos alternativos, capazes de expressar os interesses dessa maioria de bilhões de trabalhadores explorados que, diante da crise capitalista e da crescente perda de

legitimidade dos Estados nacionais, precisariam entrar em cena, oferecendo uma saída superadora e popular.

JJ: A “uberização” do trabalho vem se desenvolvendo de forma muito acelerada. Você acha que essa é uma característica do capitalismo, neste século, que pode contribuir para o seu colapso?

TA: Há muitos novos e interessantes estudos sobre o que tem sido chamado de “uberização” do trabalho. Eu diria que este fenômeno tem relação com uma questão mais ampla: a busca, pelos capitalistas, da ampliação da exploração do trabalho, reduzindo os custos diretos e indiretos do trabalho, ou seja, tanto os salários como também a responsabilidade estatal pela reprodução social por meio, por exemplo, de serviços públicos de previdência, saúde, assistência e educação. A “uberização” também tem, obviamente, relação com a crescente digitalização da produção e dos serviços como forma de ampliar a produtividade do capital. Todas as novas formas de produzir, na realidade, visam a um objetivo, por parte dos capitalistas: fazer com que a classe trabalhadora produza mais e receba menos,

ou seja, ampliar a exploração do trabalho num contexto de dificuldade da classe capitalista para manter os níveis de acumulação e a lucratividade em patamares ótimos, isto é, aqueles que permitem que a acumulação de capital siga, satisfatoriamente, para o capitalismo. É evidente que os custos, para a classe trabalhadora, são muito grandes: o ataque à previdência social, a diminuição dos salários, o aumento das jornadas de trabalho, a intensificação dos ritmos, o aumento do adoecimento, as dificuldades organizativas – porque o trabalho por plataformas individualiza a atividade laborativa e dificulta a organização coletiva. Portanto, esses fenômenos todos são muito graves, mas trazem o desafio de que os trabalhadores busquem formas de auto-organização a partir desta transformação profunda na produção de mercadorias ocorrida nos últimos anos.

JJ: Desde 2008, o capitalismo vive uma crise mundial que extrapolou, inclusive, o próprio campo da economia. Você acha que a construção de um programa alternativo a este sistema tem novos desafios? Quais?

TA: Sem dúvida, a crise atual

requer um programa alternativo e isto, entre outras coisas, tem relação com um aspecto mencionado anteriormente a respeito da falta de legitimidade dos Estados nacionais e dos regimes políticos, que têm sido capturados por frações transnacionais e nacionais da burguesia utilizando tais instituições a serviço dos seus interesses e da acumulação de capital. O que se tem visto em todo o mundo é uma agenda de ataques aos salários dos trabalhadores, aos direitos previdenciários e aos direitos sociais que precisa ser revertida. Diante dessa crise de legitimidade, temos assistido a uma resposta distorcida, uma tentativa de canalizar a indignação popular e a revolta para respostas de extrema-direita, até mesmo neofascistas, no Brasil e em vários países do mundo. Isto não significa que não tenha havido resistência. Nos últimos 10 ou 15 anos, houve uma jornada de rebeliões e insurreições contra a classe capitalista, os governos e contra o empobrecimento das massas trabalhadoras em todo mundo. A questão é que há uma dificuldade para organizar um polo, uma resposta subjetiva, que ofereça uma saída popular para a crise. Na minha opinião, essa resposta deve passar, em primeiro lugar, por uma compreensão

profundamente internacionalista do problema. Não só para compreender a escala das transformações ocorridas nas últimas décadas, da disseminação global da produção, mas também para ampliar as respostas transnacionais para os problemas comuns aos trabalhadores de todo o mundo. Em segundo lugar, tal resposta programática precisa arrancar da mão da classe capitalista uma série de aspectos da vida social que vem sendo mercadorizados, privatizados, por exemplo, os serviços de educação, saúde, transporte e saneamento. Estas atividades não podem ser privadas, não podem estar a serviço da produção de lucros, mas devem estar a serviço da garantia da reprodução da vida humana. Em terceiro lugar, esse programa precisa ter um aspecto democrático radical intenso, que garanta às maiorias o poder de se autodeterminar, retirando das mãos desses setores burgueses, que operam nos bastidores e publicamente, sabotando a soberania popular, para transformar as instituições políticas numa mera engrenagem da acumulação de capital. É um desafio grande, mas certamente é o que cabe a nossa geração.

JJ: A pandemia de coronavírus

colocou, também, a economia em alerta. Existem vários economistas e sociólogos, inclusive os ligados aos grandes capitalistas, que apresentam uma perspectiva de aprofundamento da crise econômica mundial. Como você enxerga o futuro da crise?

TA: A pandemia de Covid-19 tem relação intensa com as tendências que nós estamos discutindo nessa entrevista. A disseminação rápida e global do vírus só foi possível porque a circulação de mercadorias e de pessoas cresceu dramaticamente nas últimas décadas. A revelação destes graves riscos sanitários decorrentes da globalização mostra mais um limite à acumulação capitalista global. Fica claro que essa forma de produzir mercadorias e de organizar as relações sociais não é sustentável do ponto de vista social, econômico, ecológico, como também do ponto de vista sanitário. Isso faz com que a crise tenha características mais dramáticas do que crises anteriores. Muitos, na imprensa e nos círculos burgueses, têm especulado sobre o possível “fim do neoliberalismo” por conta da pandemia de Covid-19 e de seus efeitos, ou seja, pela necessidade, de algum modo, de ampliar a intervenção do Estado para garantir serviços sanitários

ou mesmo para recuperar as economias que colapsaram, já que a pandemia do novo coronavírus impede os trabalhadores de produzirem – e, portanto, há uma crise na oferta –, mas também derruba dramaticamente a demanda, uma vez que os orçamentos públicos estão sob estresse, a renda dos trabalhadores está em risco e a própria circulação de mercadorias e consumidores fica impossibilitada.

Esta me parece uma esperança ingênua. O esforço, coordenado pela classe capitalista transnacional e pelas burguesias nacionais a ela vinculadas, tem sido o de mitigar a crise econômica, utilizando o Estado para garantir a solvência das empresas – basta ver a quantidade de recursos disponibilizados no Brasil e no mundo aos bancos e às grandes empresas – e mitigar seus efeitos sanitários, isto é, de algum modo reduzir a escala da infecção e diminuir o número de mortes, porque estes impedem a manutenção da produção capitalista. No momento seguinte, no entanto, está claro que se pretende aprofundar as tendências vistas anteriormente. Se nós acompanharmos as posições de Paulo Guedes, dos grandes burgueses e dos economistas a eles

vinculados – e isso não é uma exceção brasileira –, a agenda da burguesia pós-crise ou, melhor dizendo, a agenda da burguesia na crise é, depois deste primeiro momento de garantia da solvência da atividade econômica, ampliar as privatizações e o ajuste estrutural do Estado, ou seja, diminuir impostos para empresas, desmontar serviços públicos e dilapidar direitos dos trabalhadores. Portanto, a reprodução dos trabalhadores e das massas populares em todo o mundo está em risco. A agenda da classe capitalista, em escala global, não é de liquidar o neoliberalismo e, quase como um esforço de “racionalidade”, reconstruir Estados de bem-estar social. Na realidade, seu objetivo é justamente o oposto: recuperar e ampliar a lucratividade por meio da mercadorização de aspectos fundamentais da vida humana, como os serviços de saúde, educação e transporte, privatizar empresas estatais e dilapidar os orçamentos públicos, seja por meio de desonerações fiscais para os burgueses ou de ampliação do endividamento, além de intensificar a exploração da classe trabalhadora e a instrumentalização do trabalho de reprodução social não remunerado, exercido quase integralmente pelas mu-

lheres. Tudo isto mostra a gravidade da crise e a responsabilidade que nós temos nesse momento histórico.

A disseminação rápida e global do vírus só foi possível porque a circulação de mercadorias e de pessoas cresceu dramaticamente nas últimas décadas. A revelação destes graves riscos sanitários decorrentes da globalização mostra mais um limite à acumulação capitalista global.

QUESTÃO EDUCACIONAL EM MARX E ENGELS

Por

Erica Coletti
(Pedagoga)

Marx e Engels não escreveram obra alguma sobre a questão educacional, tampouco se propuseram a compreendê-la como tema geral. Suas contribuições à educação se deram poucas vezes em meio às análises sobre a evolução dos modos de produção, a propriedade e a divisão do trabalho.

As obras nas quais Marx e Engels teceram considerações específicas sobre a questão da educação (ou instrução naquele contexto) foram: 1- “Princípios dos Comunistas”, escrito em novembro de 1847 que se tornaria o “Manifesto do Partido Comunista” em janeiro de 1848; 2- “Instruções aos Delegados do Conselho Geral Provisório” de 1866 para a I Associação Internacional dos Trabalhadores; 3- “O Capital” de 1867; 4- “Crítica ao Programa de Gotha” para o Primeiro Partido Operário Unitário na Alemanha

em 1875.

Nestas obras, argumentaram sobre quatro elementos: o princípio da união entre trabalho produtivo e instrução; a crítica à instrução no modo capitalista de produção; a legislação fabril inglesa e o trabalho infantil; e a proposta comunista de educação omnilateral.

Aqui, buscarei sintetizar as contribuições de Marx e Engels à questão educacional em cinco teses que permeiam suas obras de forma difusa.

1- A educação é produto materialmente determinado, histórico, contraditório e não pode ser analisada estancada do modo de produção que a enseja. A primeira grande contribuição de Marx e Engels ao debate educacional, é anterior à sua própria formulação sobre o tema e se refere à compreensão da educa-

ção como uma necessidade materialmente engendrada por cada modo de produção, ou seja, de que ela não pode ser pensada deslocada da realidade material. Tal compreensão advém da sua concepção materialista dialética, bem explicitada n'A Ideologia Alemã, segundo a qual, o ser humano se constitui como tal, à medida que produz sua própria existência por meio do trabalho, transformado a natureza de forma planejada com vistas à sua manutenção e à da sua prole. O modo como ele produz essa existência, é o que Marx e Engels chamam de modo de produção, que por sua vez, exige o relacionamento do ser humano com outras pessoas. Assim, o modo de produção já é, ele próprio, um modo de vida. À medida que os homens produzem sua própria existência e se relacionam entre si, constituem sua consciência, e também a necessidade de aprender e educar, a fim de que este conhecimento se estenda a novos membros de determinada comunidade.

Concluimos a partir disso, que a educação é, em última instância, determinada pelo modo de produção vigente, mas também como veremos adiante, exerce papel importante na sua construção e superação.

2- O ensino burguês apresentou avanços no que diz respeito ao rompimento com o ensino escolástico à medida que difundiu os ideais de modernidade, quais sejam, universalidade, laicidade, gratuidade, conteúdos científicos, articulação com o trabalho, e educação infantil. Porém, não conseguirá elevar a classe trabalhadora à condição necessária para sua emancipação, uma vez que os princípios acima elencados são postos em prática a fim de manter única e exclusivamente a hegemonia e a acumulação de capital da classe burguesa.

Marx e Engels compreendiam que a instrução fornecida pela sociedade capitalista, era dual: uma propedêutica, intelectual, conteudista, técnica e tecnológica para a classe burguesa que dominava a parte “espiritual” do processo produtivo; e uma elementar, moral e restritiva destinada à classe operária, encarregada do trabalho físico enquanto acessório das máquinas que funcionavam independentes dela.

3- A educação do proletariado para a superação da sociedade capitalista pode se dar ainda sob a hegemonia burguesa. A educação dual e fabril burguesa é produto da própria evolução do modo capitalista de produ-

ção e, por meio dela mesma, a educação do futuro seria implantada, assim como a sociedade comunista deveria ser uma evolução exigida pelo próprio sistema capitalista.

Assim, a educação do proletariado se constituiria como resultado do processo de desenvolvimento das contradições formadas no interior do próprio capitalismo: a lei da fábrica que é resultado do desenvolvimento da grande indústria seria o germe do ensino do futuro, porque abre caminho e pode ser utilizada para o processo de ruptura com a sua própria lógica pelos trabalhadores.

4 - A ruptura dessa lógica burguesa de educação se dá por meio da conjunção de trabalho e educação numa perspectiva antagônica àquela lógica, utilizando o trabalho útil como princípio educativo e não como uma ferramenta lúdica de aprendizado, como acontece nas perspectivas nas quais os estudantes “fazem de conta” que trabalham; tampouco como sucessão de técnicas a serem aprendidas de forma isolada e mecânica.

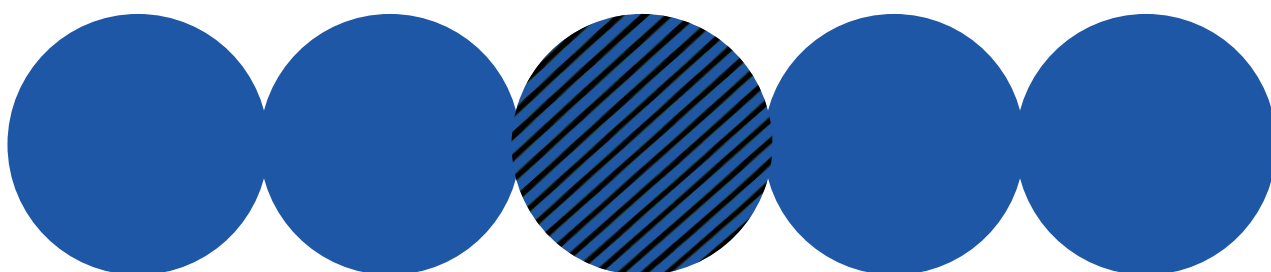
Para Marx e Engels, a instrução deveria estar articulada ao trabalho produtivo útil e remunerado, a fim de derrubar as condições capitalistas de exploração

e, por meio do trabalho físico, manual, intelectual e fabril, formar seres humanos livres em todas as dimensões da sua existência.

5- A educação do futuro deve ser um projeto construído pelo proletariado e deve visar a sua formação omnilateral, ou seja, que articule todas as áreas da produção da vida humana individual e coletivamente. Tal formação se opõe diametralmente àquela unilateral burguesa provocada pelo modo de produção capitalista e sua divisão social do trabalho.

Para Marx e Engels a formação omnilateral do ser humano, só poderia se concretizar sob condições materiais adversas à capitalista. Apenas numa sociedade comunista, justa, livre da propriedade privada dos meios de produção e da divisão do trabalho capitalista, é que tal educação poderia se efetivar.

Em resumo, Marx e Engels defenderam a instrução elementar e técnica-científica da classe operária com vistas ao seu crescimento e à superação da sociedade capitalista, que poderia, por sua vez, fornecer as condições materiais efetivas para a formação omnilateral do ser humano.



A ARTE DA RESISTÊNCIA

Por

Fabiana Amorim
(Diretora de Cultura da UNE)

Você deve ter visto bastante nos últimos tempos o termo “marxismo cultural”. Ele tem sido utilizado pela extrema-direita que está a frente do governo brasileiro para censurar e cortar verbas das universidades e projetos culturais, mesmo que de marxistas pouco ou nada tenham. Porém, não é a primeira vez que esse termo é utilizado como forma de atacar a diversidade da produção artística e intelectual. Com a chegada dos nazistas ao poder na Alemanha em 1933, uma das principais experiências na arte e no design foi duramente atacada: com centenas de torturados e mortos, a Escola de Bauhaus que havia iniciado em 1919, não conseguiu ser liquidada, mas ganhou ainda mais projeção na história.

Quebrando os paradigmas entre a arte para a contemplação e a utilidade da vida prática, a Escola de Bauhaus construiu um espaço libertário e de experimentação, conectada com as

novas demandas de uma sociedade urbana e industrial que surgia. A partir de uma linguagem estética formada pela construção de formas geométricas, artes gráficas, fontes e desenhos, a Bauhaus transformou o papel do artista e da arte frente a ideia de “progresso”, construindo uma arte total.

Com o surgimento do sistema capitalista, a lógica da divisão do trabalho passou a se dar por “partes” e funções específicas, eternamente retratado em “Tempos Modernos” de Charles Chaplin. Em seu Manifesto, escrito por Walter Gropius, a Escola de Bauhaus defendia não haver diferença nenhuma entre o artista e o artesão, e que portanto todos os arquitetos, pintores e escultores devem compreender a estrutura multiforme da construção em todas as suas partes. Com sua arte voltada para a ideia de totalidade, foi possível descobrir inovações das mais simples - como a cadeira que nos sentamos -, às mais complexas, como a construção de um projeto de habitações populares para famílias trabalhadoras.

Conectado com o mesmo processo da fundação de Bauhaus em 1919, assim foi para nós a

semana de 1922. No seio das greves multitudinárias que viva o Brasil e o mundo, a Semana de Arte Moderna foi um marco que permitiu o encontro entre a vanguarda da arte e da literatura brasileira com nomes como o de Tarsila do Amaral, Oswald de Andrade, Mario de Andrade, Anita Malfati, fazendo parte do mesmo momento também o próprio Oscar Niemeyer. O movimento que transformou para sempre o que conhecemos enquanto Brasil, busca de uma arte total, que fosse para além de um reflexo do que se fazia na Europa. Ali se abriu caminho para as literaturas regionais que passaram a reencontrar as narrativas de uma realidade brasileira.

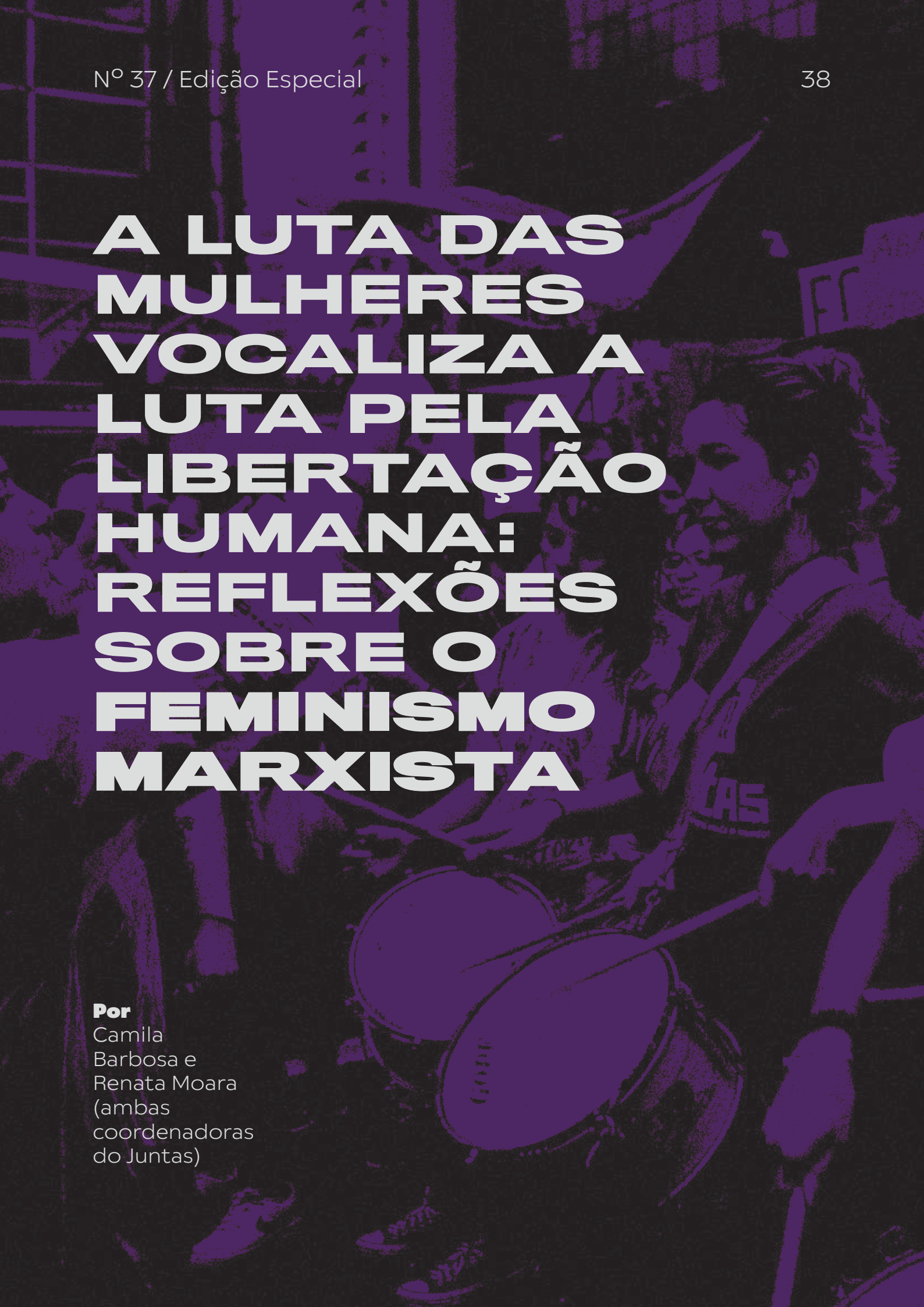
O resgate da Bauhaus, que completou 100 anos em 2019 é mais um dos muitos exemplos ao longo da história do quanto a arte pode servir como objeto e olhar de transformação. Além de recriar elementos para um mundo novo, a arte é sobretudo uma ferramenta de resistência. Diz o zika Emicida que uma letra de rap muda “um mundo” quando altera a perspectiva de vida de uma pessoa. No Brasil de passado escravocrata, pautado entre a eugenia e a “democracia racial”, a arte indígena, negra e

popular foi fundamental para que os povos historicamente oprimidos do Brasil pudessem resistir a partir da manutenção de suas culturas, reprimidas desde a capoeira até os bailes funks de favela.

Passaram-se décadas, mas o fascismo recriado ao século XXI segue sendo inimiga da arte plural e contestadora. Num momento de acirramento da luta política, os símbolos ganham importância ainda maior. Quando Bolsonaro vai ao ato pelo AI-5 em plena pandemia de coronavírus, ele não precisa diretamente pedir o fim do Congresso: a fotografia dele estar ali já nos apresenta um significado para além de suas palavras ditas ou não ditas. Precisamos estar atentos e disputar os símbolos de um mundo novo que se apresenta, como a força de uma trabalhadora da saúde frente aos promotores da morte que pedem o fim do isolamento social nos EUA. É também para isso que serve a arte. Mas não só. Ela pode ir muito além do que nossa imaginação alcança. Serve para resgatar utopias ou facilitar nosso dia-a-dia. Nas trincheiras da vida ou da morte, da modernidade ou dos negacionistas, a arte livre e a serviço do nosso povo está do lado de cá.

A LUTA DAS MULHERES VOCALIZA A LUTA PELA LIBERTAÇÃO HUMANA: REFLEXÕES SOBRE O FEMINISMO MARXISTA

Por
Camila
Barbosa e
Renata Moara
(ambas
coordenadoras
do Juntas)



A história de libertação das mulheres é a história da revolução. As marxistas do século XIX e início do século XX, como Rosa Luxemburgo, Alexandra Kollontai e Clara Zetkin, aportadas pelas análises de Marx e Engels, construíram uma estrutura teórica ligando a luta pela libertação das mulheres à luta pelo socialismo. Somente a partir da tradição marxista foi possível chegar à raiz da opressão às mulheres com base em sua localização na sociedade de classes. Um ponto de partida para refletir sobre a incontestável relação entre opressão de gênero e capitalismo é, então, nos perguntar: qual é o papel das mulheres na chamada sociedade de classes?

No interior da estrutura da sociedade capitalista identificamos mulheres da classe dominante, que reproduzem herdeiros, e mulheres da classe trabalhadora, que reproduzem força de trabalho. Existe, portanto, uma diferença marcada pela classe no que diz respeito à opressão de gênero, considerando que atinge em níveis diferentes as mulheres a depender do papel que cumprem na reprodução social. O trabalho doméstico não remunerado executado pelas mulheres da classe trabalhadora, à medida

que também alivia financeiramente o capitalismo, fortalece a sua manutenção. É justamente por ocuparem a base da pirâmide de sustentação do capitalismo que as mulheres da classe trabalhadora são a chave para a mudança de lógica da sociedade.

A primeira condição para a libertação das mulheres é a quebra desses papéis, o que só será possível através de uma revolução socialista que compreenda a emancipação humana como totalidade. Foi esse o mérito da auto-organização das mulheres socialistas da Revolução Russa que possibilitaram, pela primeira vez na história da humanidade, a construção e implementação de um programa de justiça de gênero conectado ao componente de classe.

Clara Zetkin foi um grande nome que liderou a secretaria de mulheres do Partido Social-Democrata da Alemanha. Sua contribuição reside especialmente no crescimento da participação feminina no partido. Esse movimento de trabalhadoras alemãs foi crucial para o movimento internacional de mulheres socialistas da Segunda Internacional, que, para além de Zetkin, ainda contava com a participação de

outras dirigentes, como Kollontai e Luxemburgo.

Alexandra Kollontai, por sua vez, através do livro “A Base Social da Questão da Mulher”, imprimiu um aporte fundamental para a análise marxista da opressão sofrida pelas mulheres. Kollontai coloca em debate as diferenças entre as classes das mulheres, onde diz que ainda que o mote seja o mesmo - “libertação das mulheres” - a largada é diferente entre as mulheres da classe dominante e da trabalhadora. Kollontai também emprega esforço para colocar a luta das mulheres no debate da classe em geral, inclusive com os homens trabalhadores.

Essas revolucionárias impulsionaram um movimento de mulheres que culminou em 1919 na criação do Jenotdiél (Departamento de Mulheres). Para a Rússia pós-revolução, o organismo representava a tarefa da construção de uma nova sociedade, debruçada particularmente sob quatro eixos: a socialização do trabalho doméstico (alimentação, limpeza, criação e educação dos filhos por meio de serviços públicos garantidos pelo Estado), a plena igualdade entre gêneros (direitos políticos iguais), a livre união (direito ao

divórcio e substituição do casamento religioso pelo civil) e, consequentemente, o definhamento da família nos moldes burgueses. Também a partir dessa luta firmou-se a legalização do aborto, direito que ainda hoje muitos países mais avançados do capitalismo ainda não efetivaram. As conquistas logradas pelas revolucionárias marxistas retrocederam em razão das pressões devastadoras da Guerra Civil e da contra-revolução stalinista que burocratizou o Estado soviético (tornando o aborto ilegal mais um vez e dificultando o acesso ao divórcio, por exemplo), mas seu legado permanece sustentando gerações de lutadoras que disputam um movimento feminista com uma dimensão estratégica, ou seja, comprometido com a transformação radical das estruturas profundas da totalidade social.

Desde então, a cada fratura histórica e crise cíclica o capitalismo se reinventa recuperando o que foi parte de sua queda, fenômeno que permitiu o nascimento de tendências como o feminismo liberal no movimento de mulheres. Nós, que estamos à margem da miséria capitalista e na vanguarda das lutas da classe, sabemos que de pouco vale o

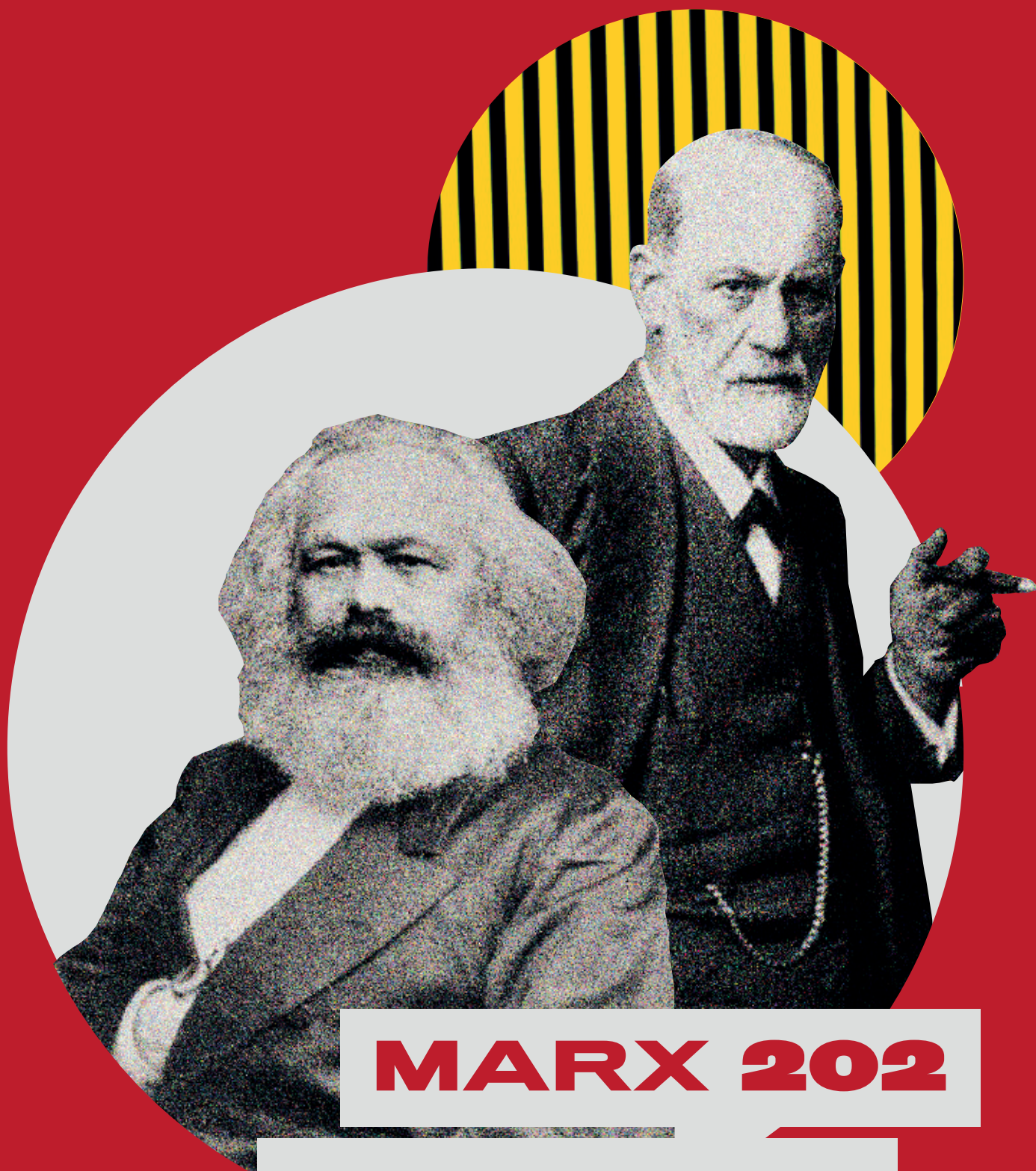
acesso aos espaços simbólicos de poder sem uma ruptura antissistêmica que garanta a real justiça de gênero aliada à classe.

A primeira condição para a libertação das mulheres é a quebra desses papéis, o que só será possível através de uma revolução socialista que compreenda a emancipação humana como totalidade.

Por isso, um importante movimento impulsionado por feministas marxistas como Nancy Fraser, Angela Davis e Cinzia Arruzza tem guiado a nossa elaboração: o feminismo das 99%. Se trata de uma referência a totalidade de mulheres - negras, LGBTQs, imigrantes, trabalhado-

ras, etc. - que sustentam o mundo e, sob a bandeira do anticapitalismo, buscam reconectar as lutas identitárias às lutas da classe. Uma noção dialética e marxista sob a composição da classe trabalhadora que permite enxergar a opressão de gênero indissociável da opressão de raça, ambiental, internacional, enfim, capitalista. Em meio a mais grave crise sanitária das últimas décadas e a necessidade de articular uma rede em defesa da vida, um espelho do que Nancy Fraser chama do “fermento emancipatório dos tempos”.





MARX 202

164 FREUD

Por

Israel Dutra
(Sociólogo e
Secretário de
Relações
Internacionais do
PSOL)

Nossa visão de mundo não permite concluir correlações formais entre as datas de nascimento e as trajetórias e personalidades dos indivíduos, de forma pura. As teorias que defendem a visão a partir do zodíaco, foram refutadas - e bem refutadas - por diversas vezes no embate do pensamento moderno. Contudo, as coincidências podem servir de ponte para acessar temas como um recurso literário, inclusive para apresentar outros distintos, vinculando-os entre si.

O presente caso, dos dias 5 e 6 de maio na história, passa de uma coincidência para um necessário exame da relação entre as ideias desses dois homens, nascidos no século XIX. Ambos

morreriam em Londres, em séculos diferentes.

Karl Marx completaria 202 anos em 5 de maio. Positivamente, as redes sociais foram inundadas de declarações, artigos, pequenas biografias e informações sobre esse gigante do pensamento e da ação humana. O “Mouro”, como era carinhosamente chamado, foi um personagem do seu tempo. Teve uma amizade fiel, até o final da vida, com seu camarada Friedrich Engels; teve uma torrente história de amor com Jenny Von Westphalen, companheira da vida toda; sofreu com o infortúnio da pobreza, perdeu parte da família, ficou doente, amargou restrições pessoais e civis.

Como Engels immortalizou no discurso diante de seu túmulo:

“A 14 de Março, um quarto para as três da tarde, o maior pensador vivo deixou de pensar. Deixado só dois minutos apenas, ao chegar, encontrámo-lo tranquilamente adormecido na sua poltrona — mas para sempre.

O que o proletariado combativo europeu e americano, o que a ciência histórica perderam com [a morte de] este homem não se pode de modo nenhum medir. Muito em breve se fará sentir a

lacuna que a morte deste [homem] prodigioso deixou. Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da Natureza orgânica, descobriu Marx a lei do desenvolvimento da história humana(...)"

Escreveu, também em parceria com Engels, o livro que, junto à bíblia, mais circulou ao longo dos últimos dois séculos, o "Manifesto Comunista". Abordou, como homem da ciência, temas variados, sempre pulsando a serviço da estratégia de construção de movimentos revolucionários. Sua obra máxima, "O Capital", é a mais universal das explicações sobre a forma como as coisas e o mundo se organizam. Marx despertou, nas gerações futuras, a sede pelo conhecimento e pela transformação radical e igualitária das condições históricas e sociais. Unificou a classe trabalhadora com seus escritos, traduzidos em dezenas de línguas e diferentes alfabetos.

Sigmund Freud veio ao mundo no dia 6 de maio de 1856, em meio às grandes transformações que a Europa conhecia. Nasceu na República Tcheca. Faleceu no último ano da década de trinta, em Londres. Desterrado por conta da perseguição à

ciência, aos judeus e ao pensamento crítico imposta pelo regime totalitário de Hitler.

São belas as biografias de Freud. A mais conhecida é de Peter Gay. E o filme "Freud, Além da Alma" leva à tela grande o rigor e a descoberta de Freud. Sua obra sempre foi marcada pelo rigor. Neurologista, aplicou critérios sólidos para avançar rumo a uma nova ciência. Como pioneiro, foi frequentemente questionado, sem deixar de acreditar nas suas convicções. Também encontraria Marx na definição de que "nada que é humano, estranha". Mais que um navegador que descobre um novo continente, o inconsciente, Freud fundou uma ciência que o agrega a Darwin, Galileu e ao próprio Marx. Uma definição plenamente humana, mas que nos deixava "nus". Não éramos capazes de nos governar, senão refletir algo que não tínhamos plenitude do comando.

Foi um passo decisivo para a racionalidade abraçar, outra vez, a definição socrática, de que nada sabemos, como ponto de partida da sabedoria e da verdade. Ao descortinar o inconsciente, Freud lutou com força por suas ideias, ora mais extremadas, ora mais conciliadoras. Seu

libelo contra as formas religiosas e metafísicas de mundo, "O futuro de uma ilusão", é também um manifesto pela emancipação humana. Suas posições políticas, contudo eram incompletas e conflituosas, refletindo a crise do modelo capitalista, a desesperança e a visão estreita de mundo da culta aristocracia, dos círculos de Viena.

Trotsky foi um dos primeiros líderes bolcheviques a reconhecer a necessária aproximação com psicanálise. Tanto na sua visão de Estado quanto no tratamento das dificuldades emocionais de Zina, sua filha mais querida, Trotsky se interessava e discutia a obra de Freud e a psicanálise.

Anos mais tarde, na escola francesa, Louis Althusser buscou a aproximação - sem perder de vista as diferenças no campo metodológico e de objeto - entre Freud e Marx.

O enigma humano só pode ser desvendado a partir de uma radical condição humana. Ela uniu a Marx e Freud. Sob as reflexões desses gigantes, nossa estatura pequena não pode nos eximir responsabilidades. Os dados seguem lançados.

**JUNTOS
INDICA**



**Conheça o
canal
Christian
Dunker no
YouTube.
Dunker é
psicanalista e
professor
titular da
Universidade
de São Paulo.**

**bit.ly/
CanalDunker**



ESCOLA

MARX



online



AULAS JÁ DISPONÍVEIS:

youtube.com/revistamovimentotv